



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: CARLOS BEZERRA JR.

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Declaro abertos os trabalhos da audiência pública 19ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2021.

Esta audiência pública foi convocada para discutir os impactos do PL 650/2021, de autoria do Executivo, do Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a criação do Novo Quadro de Pessoal de Nível Médio e Básico – QMB – da Prefeitura do Município de São Paulo, com plano de carreira, reenquadramento de cargos e funções de Assistente de Gestão de Políticas Públicas e de Assistente de Suporte Técnico, do Quadro de Pessoal de Nível Médio da Prefeitura do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 13.748, de 16 de janeiro de 2004, e de Agente de Apoio, do Quadro de Pessoal do Nível Básico da Prefeitura do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 13.652, de 25 de setembro de 2003, e institui o respectivo regime de remuneração por subsídio, conforme Requerimento 23/2021 da CCJ, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado na reunião ordinária da Comissão em 10/11/2021.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. A realização desta audiência pública foi divulgada no jornal *Agora* e no jornal *Folha de S.Paulo* em 12 de novembro de 2021, e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 12 de novembro de 2021.

As inscrições para a participação do público ficaram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 22 de novembro de 2021, devendo, os inscritos pelo *site*, participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever na Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs. Fabricio Cobra Arbex, Secretário-Executivo de Gestão na Prefeitura de São Paulo; Denis Dantas do Carmo, representando a Associação Municipal dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio e São Paulo – AMAASP; Vlamir Lima, representante o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo – Sindsep;

Margarida Prado Genofre, representando o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo – Aprofem, e Coordenadora do Fórum das Entidades Sindicais do Funcionalismo Público Municipal de São Paulo; Márcia de Oliveira, representando a FASP – Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

O Secretário vai fazer a apresentação; depois, as entidades e o público. E aí retornamos à Mesa. Podemos fazer assim?

Secretário, a palavra é toda sua.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todos.

Primeiro, cumprimentar o Vereador Toninho Vespoli pela audiência pública; cumprimentar os Vereadores que fazem parte desta Comissão – a Vereadora Sandra Tadeu, os Vereadores João Jorge, Alessandro Guedes, Faria de Sá, Gilberto Nascimento, Rubinho Nunes, Sansão Pereira e Thammy Miranda.

É sempre importante a presença do Executivo no Legislativo, essa participação conjunta que nos faz ouvir a sociedade civil através da audiência pública e também trabalhar em conjunto com o Legislativo, para que possamos, através de projetos de lei, aprimorar e melhorar cada vez mais as questões da cidade de São Paulo. Então obrigado pela presença.

Eu fiz questão de representar o Prefeito Ricardo Nunes presencialmente.

Sobre o PL 650, rapidamente, apenas um resumo: ele foca para os servidores de nível médio e nível básico. Prevê uma racionalização de inúmeras rubricas de pagamento e alteração do regime de pagamento para subsídio, com o propósito de reforçar a transparência, facilitar o controle social dos gastos públicos pela sociedade civil e estancar possíveis ações judiciais. Lembrando que mais da metade dessas duas categorias tem ação contra a Prefeitura; 70% dos precatórios da Prefeitura são dos servidores. Então, o projeto tem também um objetivo essa racionalização e transparência para que a gente estanque essas ações.

Na proposta apresentada serão mantidas gratificações de atendimento ao público, de execução de trabalho técnico de utilidade para o serviço público e para a prestação de serviços de controladoria.

Resumidamente, no nível básico, 20.644 servidores serão impactados, dos quais 6.141 são ativos, 14.503 inativos; o ganho médio acumulado ao final do triênio 2022-2024 será de 23%; em 2022 será de 11%; em 2023, de 8%, e, em 2024, de 4%. E o valor no nível médio será 13.490 servidores impactados, dos quais 5.829 ativos e 7.661 inativos. O ganho médio do triênio será de 30% e em 2022 será de 16%, em 2023, 6%, e, em 2024, de 6%. Ao final do triênio, o valor inicial da carreira do nível médio será 58% mais alto do que é hoje. Esse é um ponto importante. Hoje, o inicial da carreira está em 1.680; a ideia para o ano que vem 2.391; 2.500 e 2.650 em 2024, até para que a gente possa ter um aumento de atratividade no inicial da carreira.

Por fim, ressaltando o impacto orçamentário dessa proposta que em 2022 será por volta de 122 milhões, e, em 2023, 110 milhões; em 2024, 105 milhões, totalizando mais 300 milhões de impacto orçamentário, nessa reestruturação da carreira, numa proposta que avançou bastante com relação a 2019, ao final daquela greve teve um compromisso do Governo em enviar essa reestruturação. A gente acha que é um excelente projeto para evoluir, principalmente, na questão do nível médio e do nível básico, contemplando toda a categoria ativa e inativa, e, para, com isso, melhorar as condições de trabalho dentro da Prefeitura de São Paulo.

Estou à disposição.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Secretário.

Quem gostaria de começar? Pode ser a Margarida?

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Bom dia. Posso tirar a máscara, já tomei três vacinas. Já tive covid, acho que já estou imunizada e não devo estar passando nada para ninguém. Estou de longe.

Quero cumprimentar, inicialmente, o Vereador Professor Toninho Vespoli, a Vereadora Sonaira Fernandes presente, e lamentar a ausência dos demais Vereadores que compõem a Comissão, especialmente, daqueles que são da Base Governista porque me parece que o que temos a dizer já não interessa a eles. Isso é lamentável.

Mas vou exaltar a capacidade de luta do Vereador Professor Toninho Vespoli que

pediu essa audiência e fez questão – não só nesse projeto como em todos os outros que a Administração tem mandado e que, de certa forma, prejudicam os servidores municipais.

Diferentemente do PLO 07, em que estivemos presentes nesta Comissão para dizer “retira, retira”, não é esse o caso do PL 650. Reconhecemos que há avanços, que é uma necessidade a reestruturação de carreiras, sim, mas há sempre algumas questões que temos de ponderar quando estamos falando de uma Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

A questão da legalidade, da constitucionalidade, não há muito o que dizer. Não há grandes afrontas aqui. Nós – estou falando agora, vou particularizar um pouco, falando da Aprofem, desculpem-me, eu não me identifiquei: sou Vice-Presidente da Aprofem, sou Margarida, e Coordeno, também, o Fórum de Entidades Sindicais.

Então, como Aprofem, eu sempre disse e vou reiterar “nós somos contrários à remuneração por subsídio”. Ela não é inconstitucional, porém, ela é uma remuneração destinada não a servidores de carreira. Ela é destinada a pessoas que vão permanecer por um tempo, exercendo uma função determinada na Administração Pública. É o caso de Prefeitos, Vereadores, Secretários, enfim, dos cargos em comissão.

Para os servidores concursados, a melhor forma de remuneração, realmente, é o vencimento, o salário, não o subsídio.

Nós somos contrários a isso. Por que somos contrários a isso? Porque a remuneração por subsídio, como bem disse o Secretário Fabrício, é muito interessante para a administração. Resolve vários problemas na folha de pagamento. Sim. Elimina questões de decisões judiciais que a gente levou décadas para conseguir na Justiça, e se fomos para a Justiça é porque os direitos dos servidores foram prejudicados.

Mas, tudo bem. Ainda assim, a decisão cabe àqueles que vão receber esse tipo de remuneração, ou seja, aos profissionais de nível básico e do nível médio. Estou falando dos agentes de apoio, dos AGPPs e dos ASTs. Se na assembleia eles optam por receber esse tipo de remuneração, então, em que pese a minha entidade ser contrária a esse tipo de remuneração,

a gente vai acatar e vai aceitar, porque a categoria assim o quer. Mas, não é aquilo que a gente entende como adequado, o ideal.

Portanto, se essa comissão é de constituição e de justiça, pode ficar tranquilo com relação à questão Constituição. Ela não é inconstitucional. Quando a gente fala que essa comissão é também de justiça, aí os conceitos ficam um pouquinho mais subjetivos. O que é justo, o que não é justo, o que é bom, o que não é bom, porque pode ser legal, mas nem tudo que é legal é justo.

Então, quando o Secretário até levou... Vou me reportar às falas do Secretário várias vezes, porque a gente discutiu algumas questões também lá. Quando ele fala que é bom para os servidores em início de carreira, isso é uma verdade. A remuneração inicial dos servidores será maior sim. Mas, para quem já se aposentou ou para quem está em final de carreira isso não é tanta verdade assim.

Para alguns, a diferença para largar para trás, adicionar sexta parte, coisas conquistadas através de decisões judiciais, não compensa tanto assim. Então, será que é justo para com todos? Ele melhora a carreira? Melhora. Tem uma progressão a cada um ano e meio? Tem. Mas, no final das contas, isso é justo para quem já passou toda a sua vida dedicando-se ao serviço público e já se aposentou, não pode voltar para completar a carreira?

Então, há algumas coisas que entendemos extremamente injustas para com aqueles que já dedicaram sua vida ao serviço público, estão em vias de se aposentar ou já se aposentaram; ou também para aqueles que são pensionistas, o servidor já morreu e a família está lá. Então, nem sempre isso é justo.

E quando a gente pensa que a situação dos servidores está tão ruim assim é porque lembramos que desde 2001, entra gestão, sai gestão, entra prefeito, sai prefeito e isso não tem mudado. Esta Casa apoia, na sua maioria, é claro, a decisão de prefeitos e prefeitas que determina que a revisão geral anual dos servidores é de um centésimo por cento. E revisão geral anual é algo que está previsto também na Constituição e na Lei Orgânica do Município como um mecanismo para prevenir que a inflação corra os salários dos servidores, de todo mundo, de

todo brasileiro. E aqui, em especial, do servidor público, não é diferente.

Mas, mesmo esta Casa tem aprovado sucessivamente, porque só se faz através de lei, e lei vem para cá. Então, eu acho que cabe sim uma responsabilidade a esta Casa de aprovar também esse 0,01, ao mesmo tempo em que esta mesmíssima Casa aprova para prefeito, para vice-prefeito, para secretários, 46% de reajuste em plena pandemia. “Ah, não, mas não vai vigorar na pandemia, vai vigorar só a partir de 1º de janeiro de 2022”. Nós, servidores, também aceitaríamos a mesma coisa de bom grado. Mas, para nós, é 0,01. Então, é justo, é moral? É aí que eu questiono, tá? A justiça completa desse PL.

Com relação a outro ponto desta comissão, que é legislação participativa, aqui nós temos também um questionamento: não é verdade que a Administração, a exemplo do que fez com o PLO, não tenha nem discutido conosco, seria injusto dizer isso, nós discutimos sim, não houve mesa de negociação - não é Gustavo? - aquela conversa que tínhamos a respeito de uma proposta do PL 650 que, aliás, trabalhamos alguns pontos, e não com a redação do projeto em si. Nós começamos conversas, mas antes que terminássemos as nossas conversas, o próprio Prefeito já anunciou que estaria mandando para cá o PL pronto. Ué, o que estamos nós conversando aqui, então? O que é isso se já está pronto? Já estava pronto sem que tivéssemos concluído sequer a discussão, muito menos negociação.

Então, é por isso que nós, lá no Fórum de Entidades Sindicais - e eu não vou me estender porque tenho outros Colegas que poderão perfeitamente abordar o assunto – nós fizemos, depois que já tinha virado projeto de lei, que estava aqui na Casa, que foi quando tivemos conhecimento na íntegra, que nós tivemos conhecimento de vários pontos com os quais não concordamos nesse projeto. Por exemplo, a integração linear. O que é isso? Desconsidera a experiência do servidor, estava numa determina referência é nessa mesmo que vai ficar na nova situação. A Márcia acho que já tem aí as emendas, já entregamos aqui na Casa, acho que o Vereador já tem conhecimento das propostas que fazemos enquanto fórum de entidades, discutimos com as várias entidades que representam os segmentos de servidores, e nós chegamos a elaborar algumas propostas de emendas para que o projeto possa ser aperfeiçoado

e aí sim aprovado, tornado mais justo, tornado mais equânime, tornado um pouco melhor para os servidores. Vou repetir o que disse no início, não estamos aqui pugnando pela retirada do PL, não, mas entendemos que ele precisa sim receber melhorias. E é essa tarefa que entregamos no colo desta Casa porque aqui é que está o ponto da discussão, está dentro da Câmara Municipal, nós entregamos e confia nos Vereadores desta Casa para que possamos ter um PL mais justo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Próximo orador é o Lima.

O SR. VLAMIR LIMA – Bom dia a quem nos assiste, bom dia Toninho Vespoli, aos Vereadores, representante do Governo, e companheirada que está aqui, a categoria.

Bem, estamos falando de um debate chamado reestruturação de carreira. O PL 650 tem essa denominação. Então uma reestruturação de carreira valoriza o salário dos servidores e a sua formação para uma carreira nova, que vai permitir que ele continue evoluindo nesse processo. Segundo o Fabrício, que nos passou alguns dados importantes, em torno de 20 mil, um pouco mais de 20 mil são agentes de apoio; em torno de 15 mil são AGPP e AST, carreira do nível médio, e Agente de Apoio é nível básico. A sua grande maioria é de aposentados, e aqui tem um debate que é necessário ser feito. Na discussão do projeto da Lei Orgânica do Sampaprev 2 vários Vereadores usaram que o confisco salarial a ser feito com os 14% do PLO – Sampaprev nos aposentados seria compensado com reestruturação de carreira desse setor, só esse setor. Eu vou dizer ao Fabrício que não tem esses 23%. Para optar pela carreira nova, o tal do subsídio, vai ter de abrir mão do padrão atual; do seu quinquênio; da sua sexta parte, se ele entrou na Justiça e ganhou, da ação judicial; se ele ocupou chefias e cargos em comissão, verba de gabinete por exercer essa função que incorporou, ele vai ter de abrir mão; da gratificação de atividade; e do abono, para quem está na ativa.

Aqui já tem outra injustiça: os aposentados, aqueles que vão ser confiscados já de imediato nos 14%. Eles não vão poder, na somatória, o abono não permite para eles, porque a lei aprovada em 2019 não atingia os aposentados. Então aqui já é uma penalidade que os

aposentados já estão sofrendo, em troca de um padrão do subsídio, da tabela de subsídio, seja da carreira do nível básico ou do nível médio, eu vou dizer: 70% ou mais de 70%. Lembrando: a grande maioria é de aposentados, vão continuar ganhando os mesmos valores.

Então não tem esses 23%. Vai ser uma minoria e olhe lá, vai ser tabelado, não é 23% para aqueles que vão ganhar, todo mundo ganha 23%, vai ser tabelado. Quem tiver quinquênio, se ocupou algum cargo nesse meio do caminho, ainda pode abater esses 23%.

Agora, os aposentados, a sua grande maioria tem esse acúmulo, eles não vão ter ganho e, vamos lá, já vão perder 14%. Então essa questão de reestruturação de carreira, que vai valorizar os salários e a formação, é balela.

Da nossa parte, a gente tem debatido desde 2015, na gestão retrasada, nessa gestão 2018, terminamos a discussão em 2019 com a greve, como o Fabrício lembrou, e retomamos no meio da pandemia, neste ano, essa discussão. O problema é que o Governo insiste que não tem de dar ganho para a grande maioria dos servidores.

O que seria ganho? Essa somatória ser menor do que ele está oferecendo na tabela, a tabela ser maior. Foi assim com a Saúde, na sua grande maioria, 70%, 80%, e do nível universitário, 60%, 70% da categoria os padrões oferecidos eram maiores. Assim, boa parte abriu mão dos direitos que tem de quinquênio, sexta parte.

Então o Governo manobra, seja no PLO que aprovou os 14%, e aqui, dizendo que vai ter ganho. Aposentado vai perder e não vai ter ganho. Alguns... E aí outra injustiça, porque quem está na ativa, para mudar de categoria na atual carreira no ano que vem. Se tem formação universitária ou de nível médio, seja agente de apoio ou mesmo agente de apoio que tem formação, a gente solicitou que desse salto na categoria, pelo menos para dar ganho para esses servidores. Mas o Governo insistiu: é um ou outro. Quer dizer, aqui não tem valorização, o direito já estava adquirido.

E quem tem um ano na atual categoria vai zerar, não vai contar, ele vai começar tudo de novo a partir de janeiro, ele vai ter que esperar um ano e seis meses, mesmo se passou um ano. Esse questionamento a gente veio fazendo, mas infelizmente o Governo encerrou a

discussão com as entidades, a gente não aprofundou.

E repito: a tabela que eles apresentam aqui não repõe as perdas salariais que essa categoria tanto acarreta. Muitos falaram: não, a gente vai dar reajuste para aqueles que ganham menos. A companheirada, aposentados e ativos, na sua grande maioria vai continuar ganhando o mesmo valor que está ganhando hoje. Você vai ter de esperar 2.023 e 2.024 para ter algum ganho, sem recuperar a inflação. Olhe que estamos falando de 2.023, quem vai lá comprar um gás, quem vai pagar uma luz, tudo acima de 20%, 30%, um aluguel? E o Governo não está oferecendo nenhuma reposição. Você vai ter de esperar 5% de um ano para o outro. Isso porque eles aumentaram a tabela que a gente criticou as primeiras tabelas, eles deram um passo nesse sentido.

Então, você vai ter progressão mais rápida? Sim. É dessa forma que você vai poder aparecer ganho na carreira.

Da nossa parte a gente insiste que o Governo tem de dialogar mais. É possível, a partir das emendas, a gente dialogar com o Governo e com os Vereadores, porque aqui bateram no peito dizendo que dariam valorização para os servidores. Infelizmente, alguns que fizeram tanto discurso, na semana passada, não estão aqui acompanhando. Vamos ter de ir lá enfrentá-los, lá na galeria, mas naquela conversa de surdo, provocando, agitando, o pessoal que está acompanhando que necessita dessa valorização.

Da nossa parte, do Sindsep, a gente exige que o Governo, a partir das emendas e do substitutivo, porque a tabela tem de ser pelo substitutivo, não serve como emenda para repor as perdas, o Governo retome a discussão e para que aprove mais rápido possível, a partir de janeiro, mas com essa valorização.

Porque há vários erros, como a contagem de tempo, que não é permitida. Você vai migrar na mesma categoria que está na nova, não vai poder contar o seu tempo. Isso vai penalizar de novo os admitidos. Não vai poder contar a formação dos admitidos, muitos deles formados seja universitário ou nível médio, os agentes de apoio. Eles vão ficar na categoria 5, o que vai permitir o projeto.

A gente reivindicou que, no mínimo, o Governo fizesse o enquadramento como fez em 1994. Mas não pode. Por que não pode? Até hoje ninguém me explicou. Está saindo M1 para o M5, por que não pode ir até ao final da carreira? São pessoas de 30-40 anos. É o enquadramento. Claro, aqui está a discussão das verbas que o Governo está disponibilizando.

Vamos lembrar que o Prefeito teve 46%, o seu secretariado quase na mesma proporção. Depois a gente viu o projeto 651 sendo aprovado, dando 30% de aumento para os cargos em comissão, dos 8 mil que virão para esta Prefeitura. Claro, é campanha eleitoral que se avizinha.

Então da nossa parte o Governo teria de voltar a discutir com as entidades para a gente avançar nessa tabela, para recuperar as perdas, para que possam os servidores oporem sobre abrir mão dos seus direitos como o quinquênio, a sexta parte.

Só um esclarecimento: ninguém vai abrir mão da ação judicial. Ela só não vai mais repercutir na carreira nova, a partir da opção. A ação judicial continua. Isso vai virar precatório. Ela só não vai repercutir mais no salário, caso você opte pelo subsídio.

Então, da nossa parte, insistimos que o Governo tem de continuar com a discussão o mais rápido possível, porque a gente quer sim uma reestruturação que valorize a formação, uma vez que 60% do nível básico tem formação de nível médio; uns 40, talvez 50, têm formação universitária; os de nível médio, mais de 70% têm formação universitária.

E aqui é um prêmio de pular num salto só de uma categoria na atual situação, lembrando que o Governo deixou a mudança da promoção para regulamentar depois. Ele não falou qual é o jogo, como que vai ser a mudança de um nível para outro, porque não está no projeto. Ele joga para uma regulamentação, por Decreto.

Então a gente nem sabe o que vai ser exigido. É claro que eles não podem exigir do nível básico a formação de nível médio para mudar de nível, porque é uma carreira de fundamental. Ou, do nível médio, eles não podem exigir formação universitária, porque é uma carreira normal, de formação normal.

Então, da nossa parte, insistimos: o Governo tem de continuar dialogando, para

avançar, nas tabelas. As propostas de emendas que as entidades apresentaram vão, nesse ponto, para que possamos dar ganho para a categoria. Que possa haver uma verdadeira reestruturação de carreira, com valorização salarial e com valorização na formação. Do Sindsep, reivindicamos isso do Governo e pedimos apoio aos Vereadores.

Vamos à luta.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Lima. A próxima é a Sra. Márcia.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, agradeço ao Vereador Professor Toninho Vespoli pela oportunidade de conseguir uma audiência pública, o que foi uma luta muito grande da categoria. Meu nome é Márcia de Oliveira. Eu sou da FASP. A FASP tem duas entidades filiadas, que são a Asmusp, que tem 80 anos de fundação, e a ANSP, que tem 65 anos de fundação. Então, são entidades que representam essa categoria há muito tempo, muito antes de eu chegar à Prefeitura de São Paulo – de eu pensar em nascer, inclusive, mas estamos aqui para contar um pouco de história, não é?

Eu não sou da carreira. Eu represento, tecnicamente, a minha entidade e toda vez que falamos de reestruturação eu estou presente, pelo meu histórico de serviço na Prefeitura. Vale informar que as quatro entidades que hoje têm representação e que estão nesta Mesa – e falta a AMAASP – apresentaram em conjunto uma proposta de substitutivo, que entregamos para o Vereador Professor Toninho Vespoli e eu gostaria, depois, de entregar para o Fabrício.

Endosso tudo o que os meus colegas disseram e eu vou falar um pouco mais da parte técnica, que interessa para nós. Durante todo o processo de negociação, por que é que houve a greve? Porque, no começo do processo de negociação, foram apresentadas três tabelas para o nível médio e o nível básico e, de repente, o Governo chegou com uma. Aí, foi deflagrada a greve. Suspendemos. Tiramos todo o processo de negociação.

Foi feito o abono somente para os servidores ativos e, realmente, abrimos, de novo, a porta de negociação quando o Fabrício chegou. Reconhecemos isso, Fabrício. Não estamos, em nenhum momento, deixando de reconhecer que houve, como você diz, essa janela de

oportunidades. Gostamos desse termo, também. Nessa janela de oportunidades, como dissemos e vimos dizendo, vocês conseguiram atravessar um pouco aquilo que propusemos. Assim, entre as questões mais mencionadas, realmente citamos muito a questão da valorização do estudo.

Então, tanto o nível médio como o nível básico estão sendo usados, hoje, na prática, muito mais para fazer ações que não estão na sua competência, um grau acima das suas competências, fazendo vários trabalhos do pessoal de nível superior, e o nível básico está atuando diretamente com o público. Não havia nem essa verba como reconhecimento. É fácil sairmos, irmos aos locais de trabalho e vemos que, nas praças, 90% do atendimento é feito por pessoal de nível básico, que não tinha essa gratificação.

Dito isso, quero dizer o seguinte: nós evoluímos. Todos evoluíram nas suas atividades. Isso é muito legal. É muito bom saber que o corpo técnico da Prefeitura evoluiu. As entidades falaram para reconhecermos isso. Como é que reconhecemos isso? Por meio de um olhar da progressão e da promoção, de um olhar sobre como podemos valorizar essa questão.

Foi valorizada, mas com uma trava que não tem cabimento. Por quê? Quantas pessoas, aqui, têm duas ou três faculdades? Acho difícil, mas temos. É óbvio, mas, na sua maioria, você faz uma faculdade. Você faz uma a mais do que o do nível básico fez, o seu colegial. Se ele apresentou isso em uma regra antiga, como diz o artigo 28, e ele não pode apresentar de novo, nós estamos falando de uma primeira integração, como excepcionalidade. Essa trava é perversa, tanto para o aposentado como para o inativo – e não é uma questão de legalidade, porque não é legalidade. Isso é uma decisão política tomada pelo Governo, uma decisão perversa, porque as pessoas fizeram sua história e estavam trabalhando com regramento que era aquele regramento e eles apresentaram de acordo com os regramentos.

O que você faz com sua carreira? Você faz um gerenciamento de carreira. Se ele é exigido, você apresenta se você tem. Esse gerenciamento de carreira está propondo está propondo mudança de regra e, quando muda a regra, estão punindo colocando travas que não têm porque colocar. Essa é uma questão que gostaríamos de conversar. Conversamos sobre

isso com vocês e de repente apareceu isso no projeto de uma forma perversa, tanto para aposentado como para o servidor ativo. Essa trava no artigo 28 é danosa, tanto é que quando fomos... Desculpe. Vou ter que ler, minha cabeça não lembra mais de todas as leis.

Eu vivi essa lei – só para lembrar um pouquinho. Fiz parte de vários projetos lá atrás, em 2004. O Governo colocou uma trava para o nível médio que para poder ser promovido para o nível 2 teria que ter formação universitária. Essa lei caiu, inclusive, de tão perversa que ela era e novamente estamos fazendo isso pelas avessas. Se eu apresentei lá atrás, eu não posso apresentar excepcionalmente. Ninguém está falando que para isso virar regra na primeira integração. Na primeira integração, você pode colocar sim a excepcionalidade. Essa trava é perversa. Já fizemos no passado e vocês tiveram que rever.

Lembro, também, que essa integração linear, como é colocada, em 2004 passou quatro anos sem fazer regulamentação da lei. Só em 2008 foi feita a regulamentação da lei. Então durante quatro anos essa categoria de nível médio e básico ficou parada, sem ter para onde ir, porque não houve regulamentação da lei. Só foi em 2008 esses laços, que ocorreram durante o processo histórico, dessas duas carreiras devem ser pensados e devem ser levadas em consideração, porque estamos penalizando de novo essas carreiras. E o que me parece de que não era essa a vontade deste Governo, mas na prática é o que está acontecendo.

Então gosto de deixar registrado isso. Gostaria de colocar, também, assim: ter data para fazer, acho que tem de ter uma data limite sim para fazer a integração levando toda consideração. Podemos colocar, sugiro colocar até abril. Fazer todas as promoções, porque já deu tempo de fazer todas as progressões e promoções, em abril desse ano. Como teve aquela mudança de regra, as pessoas tiraram licença, fazer janeiro, fevereiro é penalizar quem tirou 2, 5, 10 dias de licença. Vamos jogar tudo para abril para fazer as integrações com retroativo a fevereiro. Damos esse espaço até abril para poder ter mais gente entrando nessa progressão e promoção nas duas integrações. São prazos e os prazos dão algum tempo.

Gostaria de colocar, também, que deveríamos lembrar de que todos os quadros poderiam tornar evento de carreira para os ativos. Se posso optar a qualquer tempo enquanto

aposentado, se colocarmos uma vez por ano, como evento de carreira a opção, você consegue deixar a pessoa ter mais fôlego e não ficar parado, porque e quem não optou? Como fica o tempo dele? Se estamos falando em integração linear, parece que ele nunca trabalhou. Esse tempo é desprezado.

Então você fica um tempão fazendo uma série de atividades, como temos colegas que não optaram e vão optar agora, vão pagar um preço altíssimo de não ter feito a opção. Isso é muito ruim. É muito perverso, porque a pessoa está atuando, está lá, tem documento assinado por essas pessoas e esse tempo não é desconsiderado. Não optou, então vamos fazer anual. Vamos abrir a possibilidade de você rever o que aconteceu, anualmente para qualquer plano de carreira e não específico desse plano. Essa sugestão é opção para todos os planos de carreira, de forma que todo mundo possa fazer isso como opção de carreira. Como evento, por que não fica esse tempo, como se nunca você tivesse trabalhado. Quando você vai fazer essa análise do seu prontuário, você fica lá sem evolução, sem nada. E esse tempo, quando você vai mudar para o novo quadro, parece que você não trabalhou, é perverso isso, gente.

Então, outra sugestão, eu sempre falo o seguinte: não adianta tanto esforço, nós estamos há quatro anos trabalhando nesse esforço de rever o quadro. Se ele sair agora em janeiro e não tiver uma política salarial de apoio, é um esforço jogado pela janela. Aí a gente joga pela janela de oportunidades, sabia, Fabricio, porque estamos em opostos, mesmo fisicamente, mas a gente quer a mesma coisa, a gente quer a valorização para os servidores, e valorização passa por uma política salarial, no mínimo, de reposição salarial. Isso para todas as categorias, para todos os servidores, porque, se todos os nossos contratos, e aí eu falo porque sou administradora, sou APDOs, assinei vários contratos pela Prefeitura.

Inclusive da FIA, várias vezes, a gente assina e esses contratos têm um dispositivo que eles são reajustados pelo IPC, todo mundo é reajustado, menos os servidores municipais. Na verdade, nós temos infelizmente, uma coisa avessa, a gente é descontado, e nós vamos ter dessalário, é o único lugar que existe dessalário, na política salarial da Prefeitura, porque a gente tem a inflação, temos projetos que fazem confisco salarial como os 14% para os aposentados,

aquela turma que ganha menos vai pagar os 14% agora, pessoas que não pagavam, que estavam isentas até 6.400 reais, e vamos lembrar o Prefeito e peço a assessoria do Prefeito, através do Secretário Fabricio, lembrá-lo que, infelizmente, ele falou uma coisa muito errada lá na Rádio Eldorado. Nós pagamos, sim, ativos, todos os ativos pagam 14% sobre os seus vencimentos.

De qualquer maneira acho que vale sempre lembrar que todas as ações que estamos propondo por mais impacto que tenha não são impactos financeiros de uma grandeza que a Prefeitura não posso arcar. Nós tivemos superávit, nós continuamos recebendo todas as questões salariais olhando a nossa receita corrente líquida, que está em 32 A 34%. Então, não é essa trava tirada que vai dar o impacto financeiro que não exista um mínimo de negociação.

A nossa fala aqui, Fabricio, é uma abertura de janela de oportunidades para terminar a negociação que não foi terminada no espaço que deveria ter sido dentro da Secretaria de Gestão. Infelizmente, não terminamos lá nossa conversa, tivemos que trazer para o legislativo e pedimos apoio a essa casa, não sei quais os Vereadores que estão nos assistindo, eu sempre falo o seguinte. Ter um vereador como Toninho do nosso lado, é um presente, mas ele eu sei que é um presente, mas queria ter um presente de outros Vereadores para poder estarem aqui escutando a nossa fala. Tudo que a gente tá falando tem impactos, tem cuidados, foram analisados. Nós temos uma comissão de Justiça, então, não tem nada aqui que não seja ilegal, nada. Nós temos responsabilidade nas nossas falas, nós pensamos, nós estudamos, nós avaliamos, nós consultamos Procuradores, também, quero deixar claro que isso aqui tudo tem o aval pela legalidade. Então, não é nada que a gente está falando aqui é ilegal. Então, a nossa fala, pedir para que realmente o Secretário escute o que nós estamos colocando, não seja uma fala para nós mesmos, por que de nós para nós mesmos já conversamos bastante. Então, a nossa proposta é, Sr. Secretário, está tudo escrito, está tudo avaliado e tem várias outras questões, mas essas três, seriam, no nosso entender, as mais importantes, e seriam menos nocivas a todos os servidores das carreiras de nível médio e nível básico.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Denis.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Bom dia a todos e a todas, é uma satisfação poder estar aqui nessa audiência pública, me chamo Denis Dantas do Carmo e sou representante da AMAASP, Associação Municipal AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo, que foi fundada, em 2016 e busca representar os anseios dessas carreiras. E ratificando tudo o que os nossos colegas que nos antecederam falaram, vou buscar complementar ou contribuir com algumas lembranças. Voltando à época em que surgimos, a 2016, já havia um compromisso do então governo de reestruturar as nossas carreiras. Só que recebemos como resposta, já que há havia tido um reajuste tabelar em 2014, não haveria necessidade de reestruturar as nossas carreiras. Então, reestruturam carreiras da saúde, do nível superior, arquitetos, engenheiros, e acabou não havendo a nossa reestruturação. Quando chegamos a agosto de 2017, o prefeito da ocasião virou para nós e simplesmente disse: “Só vou tratar da reestruturação da carreira de vocês se for no formato subsídio. Ou é isso ou não é nada”. Ou seja, ali em 2017 já se começa a colocar a corda no nosso pescoço, porque não há efetivamente uma negociação, há uma imposição.

Chegamos a 2018 e começamos, então, a tratar do Sampaprev 1, uma reestruturação previdenciária sob a falácia de haver um déficit, embora já tenha já sido comprovado não só naquele ano como também agora em 2021 que não há déficit, mas uma obrigação do Governo, e ainda com essa mentira, já tratada aqui, de o Prefeito ir a uma rádio dizer que nós servidores públicos não contribuimos com a previdência enquanto ativos. É lamentável que ainda não tenha havido uma nota ou uma reparação por parte do Prefeito, pois é difícil imaginarmos que ele possa ter se equivocado tanto, ainda mais quando chegamos a novembro, diante de tantos encontros e reuniões – seja com a equipe, seja com as entidades – para demonstrar o nosso atual cenário. Então, isso traz para nós a sensação de que, infelizmente, o Prefeito está sendo muito mal assessorado, porque não é possível ter errado dessa forma.

Voltando a 2018, inicia-se então uma greve contra o Sampaprev 1 em 2019, para

tentar sua revogação. E, naquela greve, surge a proposta de se ter um abono emergencial para essas categorias até podermos finalizar essa reestruturação, que é coisa que deve possivelmente acabar amanhã com a votação do PL 650. Mas o que acontece? Mais uma vez, o Governo acaba não cumprindo aquilo que ele propõe. Porque desde março, quando foi sugerido, o abono emergencial só foi pago após a própria categoria iniciar manifestações, movimentos de dias de paralisação, porque também não havia recebido nem o início da reestruturação, das tratativas – que tiveram a pior proposta sugerida em 2019 -, nem havia sido pago esse abono emergencial. Aí, ele vem a ser pago em setembro ou outubro daquele ano, após iniciadas as manifestações.

Inicia-se, então, o período da pandemia, e em 2020, no ápice da pandemia, que pegou parte de 2021, e retomamos as negociações com o Secretário Executivo de Gestão, Sr. Fabrício, e, sim, temos que reconhecer que houve avanços. Mas, da forma que houve avanços, também temos que reconhecer que as premissas que foram tratadas principalmente para o nível superior, ainda mais em termos de percentuais tabelares, elas também não foram as mesmas; muito pelo contrário: estão muito aquém do que poderia ser.

Chegamos então principalmente em setembro, quando é encaminhado no dia 22 o que ficou conhecido como “pacotão de maldades”, projetos todos eles já aprovados, com exceção do PL 650; o qual foi o primeiro a ser aprovado em primeira votação. Agora, ele acaba sendo o último para ser aprovado em segunda votação, e como bem já falou a nossa companheira Margarida, no início da fala, infelizmente sem a presença dos demais Vereadores que compõem a comissão, e que lutam para a gente conseguir essa audiência pública. É algo considerado tão simples para uma comissão ou até mesmo para os Vereadores, para oportunizar uma hora aqui para a gente poder expor as nossas ideias e a gente tem que quase implorar para conseguir isso.

Por isso que nós enaltecemos tanto o trabalho do Vereador Professor Toninho Vespoli, porque solicitam para o Vereador Fabio Riva, solicitam para o Vereador Milton Leite e solicitam para os demais Vereadores que compõem a base do Governo, e a gente sequer obter

resposta.

Agora aprofundando aqui na nossa proposta, os três itens principais que a gente considera como melhorias já foram apontados pela Sra. Márcia, e a gente já os ratificou.

Sr. Secretário, queremos trazer também a diferença de isonomia entre as carreiras. Vou dar um exemplo. O nível básico está com o inicial proposto de 1.929 reais e um final proposto - isso considerando só em 2024 - de 3.951 reais. Vejam: O inicial do nível básico representa 72% o que está sendo proposto para o nível médio, que são 2.650 reais, e o final do nível básico chega a ser um valor similar ao que seria a categoria 8 do nível médio. Isso para nós é muito bom. Poderia até ser melhor, porque, como o Vlamir já falou, não está se dando essa média de 23. Depois seria até bom dizer como foram feitos esses cálculos, para dizer que o nível básico tem uma média de 20 e poucos por cento e o nível médio de 30%. Mas como a gente pega o nível médio para comparar com o nível superior, olhe a diferença, Secretário: O valor proposto de 2.650 reais representa 43% aproximadamente do nível superior, lembrando que do nível básico representa 72%.

Secretário, o final da categoria do nível médio, de 6.650 reais, chega aproximadamente aos valores da categoria... (Falha na transmissão.) ...do nível superior, enquanto que, no nível básico, chega a categoria 8 do nível médio. Então, isso está completamente desproporcional.

O que a gente busca, além desses três itens que já foram citados pela Sra. Márcia, para propagar aqui e fazer a proposta é que aumente o inicial do nível médio. O impacto não é grande, de 2.650 para 3.053, para ser 50% do que é o nível superior. A gente está falando de 7% iniciais.

Secretário, aqui eu gostaria de ressaltar... (Falha na transmissão.) ...o que estão solicitando é muito. Faço um apelo: "Não prejudiquem os aposentados, mais uma vez. Prejudicaram os aposentados. Em 1018, não era para o fundo emergencial. Prejudicaram os aposentados. Falo de 30% para serem contratados. E ainda vão perder 14%. Isso não é justo. Não podem ser penalizados pela terceira vez. Retirem aquilo. Na atividade, iriam soltar uma

categoria. Já havia essa sinalização positiva. Não deu para compreender, porque, no texto, na lei, só colocaram os que trabalham só na última referência, ou seja, ficaram dois anos. Um é 10 e outro foi 15. Na AGPP, não vai haver um que vai se beneficiar dessa valorização.

Por fim, tudo o que a gente buscou não está se chegando à reposição inflacionária. Pegando os dados que você trouxe, se você aplica 23% do nível médio e eu ainda gostaria de saber sobre essa conta. Nós já temos uma perda inflacionária de 51%. Por que as mesmas justificativas são utilizadas para os Vereadores, são utilizadas para os Secretários, Chefes de Gabinete, para o Tribunal de Contas do Município e não é utilizado para aqueles com os menores salários do Município. Porque a inflação para todos... (Falha na transmissão.) ...com exceção das categorias, vamos dizer assim, do nível superior,... (Falha na transmissão.) ...porque a inflação é aplicada e para nós não?

Agradeço mais uma vez, Vereador Toninho Vespoli, por ter convocada essa audiência pública. Agradeço a todos que estão participando. E espero que participem também da audiência de amanhã, de Finanças. Amanhã, estaremos em frente à Câmara Municipal protestando, para que as emendas sejam aprovadas para melhoria desse projeto. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Denis. Agora nós vamos para os inscritos, lembrando que agora são três minutos para cada um. Primeiro inscrito é o Atanásio dos Santos.

O SR. ATANÁSIO DOS SANTOS - Eu acabei escrevendo para poder ser bem objetivo na fala. Colegas AGPPs e agentes de apoio, bom dia. Agradeço o mandato do Vereador Toninho Vespoli pela audiência pública. Agradeço à Bancada do PSOL por ter ficado ao nosso lado, o lado dos trabalhadores, contra o PLO 07/2021. Agradeço à Bancada do PT que, agora, como Oposição, também ficou ao nosso lado. E também aos demais aqueles dois outros Vereadores.

Semana passada, dia 10 de novembro de 2021, sofremos uma dura derrota. Sofremos um duro golpe. A nossa situação, se já não bastasse estar ruim, com a política salarial de congelamento, com o famigerado 0,01% de reajuste anual e a inflação que corrói ainda mais

nossa capacidade de sobreviver, agora, fica pior: aprovaram o ataque aos aposentados, com o desconto de 14% em sua aposentadoria e o mais grave, o ataque à estrutura da previdência dos trabalhadores municipais.

Diversas mudanças aprovadas no PLO 07 não são legais, diversas informações alegadas não são verdadeiras, mas o sistema financeiro quer assim e a Casa Grande cumpre. Esta Casa nunca foi do povo. Se será algum dia não sei dizer. Nesse sistema que conhecemos, não.

O PLO 07 trará mais descontentamento, mais pobreza, mais desesperança. Os trabalhadores têm olhos e veem: os Poderes Executivo e Legislativo reajustando seus próprios salários para se defenderem da inflação, mas, ao mesmo tempo, impondo pão e água aos trabalhadores.

Isso não vale apenas para os salários, vale também para os problemas da população trabalhadora que sofre para se alimentar, sofre nos transportes públicos, com a Saúde Pública, na Educação, Cultura e até em no seu lazer.

Certamente que, com o PL 650/2021 ocorrerá algo parecido, pois já deu para perceber que querem a nossa desapareição. Aos que tem sofrendo com os salários mais baixos, não se preocupem, virá algo sim, virá o mínimo do mínimo do mínimo para um grupo menor e quase nada para a maioria dos trabalhadores.

Aposentados e admitidos, desculpem, mas isso vale para vocês também, que o que virá será corroído muito rapidamente pela inflação. A reestruturação nova não será melhor do que a que temos hoje e que tanto criticamos.

Trabalhador público ou privado, essa fala é para você. Nós temos de mudar o curso das coisas, do jeito que vai, com essa onda de ataques à nossa classe, ficaremos mais empobrecidos e sem condições de pensar. Nos preocuparemos apenas em encher a barriga mesmo que seja por pouco tempo.

O setor público está sendo loteado e vendido para os interesses dos setores privados. Vemos isso acontecer em vários setores da Prefeitura.

Sigamos em frente. Enquanto há vida, enquanto há seres pensantes dispostos a se organizarem, haverá esperança.

Parabéns a todos os bravos e guerreiros trabalhadores em greve. Vamos à luta!

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O próximo orador inscrito para falar virtualmente é o Ricardo Viedo. Está presente? (Pausa) Evair dos Santos. (Pausa) Klaus de Lima. (Pausa) Ênin Aline Medeiros. (Pausa) Noemi Gomes de Oliveira.

A SRA. NOEMI GOMES DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Noemi, eu trabalho no Serviço Funerário do Município de São Paulo como Agente de Apoio e estou aqui hoje nesta audiência representando a minha categoria, que está na linha de frente e, por isso, muitos não puderam vir participar por serem de um serviço essencial.

Quero mais uma vez agradecer a todos os presentes pela oportunidade e falar das nossas dificuldades e expectativas em relação a esse projeto de lei. Nós, não só do Serviço Funerário, como outros órgãos públicos, passamos por um tempo muito difícil; nós perdemos alguns colegas de trabalho na linha de frente e muitos ficaram doentes. Mas a luta continua, e nós estamos aqui para lutar contra esse projeto de lei, que não nos favorece. Pelo contrário, tira nossos direitos.

Não bastasse alguns colegas nossos terem perdido a vida na pandemia e muitos terem ficado com sequelas, vem esse presente de grego. Dos colegas que conseguiram sobreviver, muitos estão aposentados e receberam de presente os 14% de desconto. A gente costuma dizer que brevemente o termo “direitos adquiridos” será tirado do dicionário, porque só estamos tendo perdas. É isto que esse projeto de lei representa: perda de direitos.

Queremos dizer a todos os senhores que considerem algumas de nossas pautas, pois nós continuamos na linha de frente e observamos que esse projeto mais nos tirado do que nos dá. Queríamos também que levassem consideração o fato de que muitos dos nossos trabalhadores, em especial os do Serviço Funerário – e creio que na Prefeitura não é diferente – são oriundos da categoria de Agente de Apoio, que estão prestando serviços como AGPP e não

ganham para isso. Muito dos nossos colegas do Serviço Funerário são oriundos da fábrica, como costureiras, marceneiros, operacionais, os que faziam os caixões. Com as reestruturações, passamos a ser Agentes de Apoio e, com as terceirizações, passamos a ser “Agentes Tudo”, ou seja, um “bombril”, fazendo de tudo para que o serviço continue, porque a população não tem culpa das nossas mazelas e dos projetos que não nos contemplam. Mas continuamos trabalhando, e ninguém nesta pandemia deixou de ser enterrado, apesar de continuarmos tendo perdas, sendo acometidos por doenças e estarmos morrendo.

Gostaríamos, portanto, de pedir a todos os senhores que considerem alguns reajustes desse projeto, que não nos contempla, principalmente porque, com um aumento de salário de 0,01% que a categoria tem, é humanamente impossível nós conseguirmos fazer um segundo grau ou até mesmo um nível superior.

Então, pedimos que seja dado mais tempo porque muitos de nossa categoria, mais ou menos 80%, já têm abono de permanência, já estão no final da carreira e não têm os requisitos que esse projeto exige. Então, muitos dos nossos ficaram de fora não tendo tempo para estudar ou se preparar.

Nas outras estruturações eram consideradas 90 horas de curso. Então muitos, agora no final, já estão doentes, principalmente sepultadores, motoristas, principalmente a área operacional. Então, algumas coisas precisam ser mudadas.

Também tem a questão do AGPP que também está no final da sua carreira. Muitos já estudaram; outros conseguiram, mas muitos não. Então, pedimos a todos que tenha mais tempo, que seja mais discutido com a nossa categoria. Afinal de contas, nós acabamos de sair de uma pandemia. Muitos contraíram Covid, muitos pegaram licença e não poderão ser penalizados por que ficaram doentes, estavam na linha de frente e alguns até morreram. Temos os pensionistas, aposentados, que, cada vez mais, estão ficando de fora. Isso não é justo. Que seja considerada a paridade, que seja considerado tempo de serviço.

Somos seres humanos e estamos aqui lutando para sobreviver e também para comer. Não está nos contemplando esse projeto. Então, pedimos a todos desta Casa que seja

considerado e dê mais tempo. Muitos dos nossos colegas tiveram seu quinquênio congelado. Muitos vão agora conseguir o último quinquênio. Se assinarem, não vão conseguir pegar esse último quinquênio, não vão pegar as letras. Muitos já estão na B10, na última letra, ou no último nível do AGPP e só estão tendo perdas. Se assinarem, não vão pegar; e, se não assinarem, vão ficar parado na carreira. Então, se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come. É mais ou menos essa a nossa realidade.

Quem sobreviver, porque temos ainda Covid, estamos ainda na linha de frente. O serviço funerário não recebe verba de atendimento, mas atendemos a população. Atendemos, nos contaminamos e morremos. Então, é muito difícil para nós.

Gostaria que fossem consideradas as alterações que devem ser feitas e que dialogassem mais com a categoria. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Noemi.

Anuncio que o Vereador Gilberto Nascimento, da CCJ, também está presente de forma online.

O último inscrito é Charles Monteiro de Jesus. Na fala do Charles, se alguém quiser se inscrever ainda, dá tempo. As inscrições vão se encerrar na fala do Charles.

O SR. CHARLES MONTEIRO DE JESUS – Bom dia a todas e todos. Meu nome é Charles, sou AGPP de carreira, lotado no Hospital Alípio Correa Neto.

Esse projeto deveria e precisa ser mais de dialogado conosco, porque ele foi enviado à Secretaria da Fazenda e de lá veio diretamente para esta Casa sem discussão com a categoria. Nós, enquanto Agente de Apoio, AGPPs e ASTs, estamos em setores estratégicos a Prefeitura de São Paulo, provavelmente a única carreira que existe em tudo quanto é Secretaria exercendo os mais variados cargos, enquanto coordenadores, diretores, supervisores. Se essas pessoas assumem essas posições nas mais variadas secretarias, é porque têm capacidade para isso e competência.

É preciso que os Vereadores e as Vereadoras desta Casa olhem para isso com um olhar muito atento, porque estamos na carreira mais menosprezada da Prefeitura hoje. Como

que pode um AGPP, um Agente de Apoio, com salários iniciais de carreira abaixo do salário mínimo?

Quando o Governo diz que vai valorizar, olhem para essas carreiras de fato se realmente estão sendo valorizadas. Quando a gente tem uma formação acadêmica, é utilizado esse conhecimento dentro da Prefeitura, só que a valorização não vem de fato. Nós temos muitos AGPPs, muitos Agentes de Apoio formados nas mais variadas carreiras e essas formações são aproveitadas nos mais diversos órgãos da Prefeitura e não têm a valorização que merece.

Então, a gente não está querendo migalha. Queremos apenas uma decência para a carreira, porque estamos amargando desde 2013 com 0,01% de reajuste. Então, gostaria que muitos Vereadores desta Casa aqui fossem às unidades, às subprefeituras, aos hospitais, aos outros órgãos, nos visitar, conhecer um pouquinho como que é o dia a dia de um AGPP, de um Agente de Apoio, de um AST, ali, no chão de fábrica. Nós não estamos aqui querendo bater de frente com ninguém. Nós queremos apenas uma valorização decente. Já sofremos para caramba com a aprovação do PL 07, com o qual fomos tratados como os piores seres humanos da face da terra na semana passada, e, agora, estamos com este projeto em nossa goela, sem ter havido uma discussão conosco. Isso é muito ruim para nós, porque nós prestamos um concurso público em pé de igualdade com as pessoas, exercemos a nossa atividade com excelência e nós queremos respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próxima e última oradora, Flávia Anunciação.

A SRA. FLÁVIA ANUNCIAÇÃO – Bom dia a todos e a todas. Eu sou a Flávia. Minha carreira é da área da Saúde, sou do HSPM. Estou na direção do Sindsep, mas hoje estamos aqui para falar de um contingente de trabalhadores e verificar que a Prefeitura trata com violência não só a violência física que vimos como foram tratados servidores, homens e mulheres que dedicaram a sua vida ao exercício e a levar o serviço público para a população. Então, como os servidores foram tratados, tanto dentro como fora desta Casa. É inaceitável que se trate servidor

público, que trabalhou mais de 50 anos dentro da Prefeitura, que conhece o que é o dia a dia, que sabe tudo o que fazemos lá na ponta, e o serviço sai mesmo que não nos forneçam condições. Aqui não tem nenhum tecnocrata debruçado em papel, sem olhar todas as variáveis que estão embutidas quando se vai fazer uma reestruturação de carreira. E não é aceitável que a locação de recurso, porque aqui estamos falando da decisão da locação de recursos, ela seja tão violenta para as carreiras de nível médio e nível básico. Gente que está lá na ponta, executando a sua função, da qual a Prefeitura se locupleta sem remunerar essas pessoas. Você vai encontrar muito Agente de Apoio exercendo cargo de nível médio e muito nível médio exercendo cargo de nível universitário, sem ser remunerado para isso. Se isso não é roubo, eu não sei que nome que podemos dar. Só que quando os tecnocratas da Prefeitura vão fazer uma reestruturação de carreira, eles não consideram isso, nem sabem do que eu estou falando. É ruim. Muitas vezes, isso é muito ruim. A distância entre aquilo que vocês colocam no papel e aquilo que é a realidade de um servidor. E, aí, estamos falando de escuta qualificada, que esse é a grande crítica que nós fazemos. Desde lado de cá, você tem servidores e entidades que podem sentar com vocês tranquilamente e fazer o debate, mas vocês se recusam à escuta qualificada. Vocês se recusam a ouvir todas as variáveis em que essa categoria está inserida e principalmente: que a reestruturação de carreira que vocês fazem não vai recompor a perda que essas pessoas tiveram. Elas estão desde 2013 sem reajuste salarial. Façam a conta do quanto a inflação e o custo de vida roubou do salário dessas pessoas. Os tecnocratas estão empobrecendo pessoas que suportam sozinhas não só a precarização do seu lugar de trabalho, mas a diminuição do seu poder de compra.

Então, o que estamos pedindo aqui é que vocês olhem onde essas pessoas estão, tudo o que elas perderam e onde vocês vão colocar. Espaço no orçamento nós sabemos que tem. Essa falácia de querer colocar a Municipalidade contra o seu conjunto de servidores dizendo que nós custamos demais, também está começando a cair por terra. A violência com que vocês tratam não só fisicamente, mas na reestruturação, naquilo que seria o trato com o RH da Administração Direta também está caindo por terra, porque a pessoa que mora lá na periferia e

que o serviço tem de chegar, hoje, essa pessoa já entende que não é culpa do servidor público, é um problema de gestão. É quem está atrás da cadeira, na sua sala confortável com o seu ar condicionado fazendo a gestão, e que nós somos apenas os executores da política pública.

Então, muito ruim como essa gestão, este Prefeito, estes partidos e os Srs. Vereadores que dão sustentação a uma violência dessas, muito ruim o que estão fazendo. É muito ruim desconsiderar uma categoria que desde 2013 só teve perdas. Na reestruturação da carreira, é hora em que se recompõem as perdas, é vergonhoso que tecnocratas não se atentem a isso, e o que oferecem não é a recomposição das perdas salariais. Muito ruim que se debruçam e apresentem essas tabelas que estão aí.

Só mais um agradecimento, nós vivemos aqui, no dia 10, uma violência sem tamanho. Quero agradecer ao conjunto dos servidores, homens e mulheres que se defenderam, se ajudaram e se socorreram, gente que ficou machucada fisicamente, gente que passou mal emocionalmente. Então, tenho muito orgulho do conjunto de servidores e de todos os servidores que aqui estavam e enfrentaram a truculência do Prefeito Ricardo Nunes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Flávia. Secretário, foram várias perguntas, só complementando algumas, o pessoal tem falado que no começo da carreira haverá um valor e você mesmo falou algumas porcentagens de valorização. E quem está mais no final da carreira acaba não tendo.

Uma coisa que me choca bastante, se a pessoa entra na Justiça e ganha contra a Prefeitura uma ação, isso foi resolvido na Justiça. Isso não deveria ficar fora, porque se fica dentro é o mesmo que aquela ação na Justiça não ser ganha, porque vai entrar na hora de fazer as contas, vai entrar como subsídio, mas não conta como um valor somando para entrar na tabela. Isso não é muito estranho, porque foi uma ação ganha judicialmente, não deveria ficar fora? Essa é uma questão.

Outra questão, fiz a tabela do B3, porque é o começo da tabela, para não falar que estou pegando da última. Peguei os dados de uma cartilha da Prefeitura de 2018, como estamos

com 0,01, a variação é pouca. Então, B3; padrão, 856; gratificação, 528; total, 1.385. Aí peguei a inflação do período, como foi falado, a última vez que tiveram reajuste inflacionário foi em 2013; de 2014 para cá, 51%. Aí coloquei 51% em cima de 856; 486. Aí fui colocando os quinquênios, 5%, 10.25, isso e aquilo, porque é um direito que a pessoa está vendendo tudo o que tem, o quinquênio futuro. Então coloquei todos para saber quanto daria, e coloquei a sexta parte. Somei o padrão mais os 51%, mais os quinquênios, mais a sexta parte. Cheguei no valor de 2.804. Vendo a nova tabela QB3, 1.929.

Então, tudo bem, a pessoa não está ganhando todos os quinquênios agora, é um direito futuro que a pessoa vai ter, mas é um direito futuro e quando a pessoa vende tudo isso vai ter 1.900. E outra dúvida, tudo bem, o padrão é 856, sabemos que é o que conta para as pessoas, fiz o quinquênio em cima desse valor. Tem servidor que, inclusive, está colocando na Justiça a Prefeitura, têm vários, porque coloca o quinquênio somando com o salário, o primeiro quinquênio para calcular o segundo, em cima do segundo. Eu nem fiz isso, fiz como a Prefeitura faz, sem calcular quinquênio em cima de quinquênio, só para deixar claro também.

Outra coisa que também fica na minha cabeça, o padrão é esse, mas a pessoa não ganha menos do que R\$ 1.300,00, mil trezentos e oitenta e tantos, porque tem um valor mínimo, e a pessoa ainda tem R\$ 200,00 de um abono. Então, a pessoa ganha R\$ 1.585,00 na prática. Não estou falando do padrão, estou falando do holerite dela, na prática. Então, dos R\$ 1.500,00, ela vai para R\$ 1.900,00.

Tudo bem, eu sei da dificuldade do pessoal, então qualquer aumento de 100, 200 reais, a pessoa dá graças a Deus, porque a pessoa está endividada, mal está conseguindo colocar comida na mesa. Então, ela está aceitando isso porque aqueles 100, 200, 300 reais fazem uma diferença para ela; mas ela sabe que, por exemplo, se somar o abono mais os R\$ 1.300,00: R\$ 1.500,00, R\$ 1.585,00. Então, no fim, ela não tem nem 400 reais desse valor para a nota tabela. Só que ela está vendendo todos os quinquênios e a sexta parte, estou falando de alguma gratificação que ela possa ter. Então, no final das contas, a valorização está sendo muito pequena em comparação do que ela está vendendo para o futuro.

Não tem como pensar essa tabela um pouco diferenciada? Porque a pessoa está vendendo muito o direito dela para ter um aumento só de 300 e tantos reais. Ela pode estar aceitando agora porque 300 reais vão servir para comprar o leite, às vezes, que ela nem tem condição de comprar para o filho dela; mas, no futuro, ela sabe que ela está com uma dificuldade.

Outra pergunta que quero fazer também é a seguinte: Aí vocês colocaram a tabela de 2022, 2023 e 2024. De 2022 a 2023, praticamente é 5%, sendo que a inflação no Brasil já está chegando a dois dígitos. Então, no fim, a pessoa pode olhar e falar assim: “A tabela está aumentando 5%”, mas na verdade ela está perdendo quase 5% daqueles meses já. A gente não poderia garantir, pelo menos, a inflação nessas tabelas de 2022 para 2023; 2023 para 2024?

E a última pergunta, para não prolongar: O que a gente poderia pensar para o futuro? Porque a pessoa vendeu os direitos dela futuros. Então, na prática, uma pessoa do QP3 terá um aumento de R\$ 400,00; depois, terão duas tabelas que terão 5% de inflação, porque não vão cobrir toda a inflação nas tabelas de 2023 e 2024. E, depois, se continua a política de 0,01% por três ou quatro anos, tudo isso já foi embora, porque quando o Haddad, por exemplo, deu o aumento salarial para os servidores do nível básico e médio, a tabela estava acima tabela; e, hoje, o pessoal de nível básico e nível médio está recebendo abaixo da inflação. Depois que essa reestruturação for feita, como a gente não sabe quais governos assumirão lá na frente, se um governo, de repente, mantém a política do 0,01% por três anos, essa tabela já caiu por terra, sendo que a pessoa vendeu os direitos futuros dela; então ela estará numa situação muito difícil.

Isso me preocupa, porque a máquina pública é isso: cada um que senta lá pensa diferente. E a gente não tem garantia do que vai acontecer com esses servidores depois. Teria como essa lei garantir, pelo menos, alguma coisa em termos de reposição salarial? Teria que ter um artigo que diz assim: acabando a tabela de 2024, deveria garantir a reposição salarial.

Essas pessoas estão vendendo todos os direitos agora por uma necessidade, porque conheço muita gente, não chegam a passar fome porque tem uma composição familiar de renda, mas as pessoas estão muito precárias, então é uma preocupação. Nesse sentido, não era o caso da gente pensar um pouco, parar o projeto aqui e tentar, pelo menos, ver com o Governo o que

a gente poderia fazer das emendas propostas. A gente teria que ter esse diálogo entre Câmara Municipal, as entidades e o Governo.

Como foi falado, nós estamos aqui não no sentido de confronto, mas num sentido de o que o Governo ainda pode ver, alguma gordurinha que tem, alguma questão sobre a qual possamos ainda chegar a algum consenso. Se não dá para melhorar tudo, mas o dá para fazer. Eu acho que esse é o sentido do que audiência pública está se propondo.

Secretário, fique à vontade.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Vereador Toninho Vespoli, primeiro, agradecer... Estava a Vereadora Sonaira. E não a mencionei no início, não tinha visto. Ela também se retirou. Mas saudá-la aqui.

Fizeram referência a não participação dos Vereadores da Situação, mas lembrando que é uma audiência semipresencial, então eles estão presentes virtualmente – João Jorge, Gilberto Nascimento. Os Vereadores estão participando virtualmente, como foi estabelecido pela CCJ, que a audiência não seria 100% presencial. Então eles estão participando, estão ouvindo, sim, os argumentos que vocês estão trazendo.

Quero agradecer a fala das quatro representantes de entidades – a Margarida, o Lima, a Márcia e o Dênis – por forma *on-line*; e também todos os servidores que falaram na tribuna, também trazendo questões referentes ao projeto.

Eu ouvi atentamente. Muitas vezes, eu estou no celular. Vocês: “Ah, ele está no celular”. Eu estou conversando com a equipe da gestão, que está inteira aqui. Eu fiz questão trazê-los todos. São pessoas técnicas que trabalham nesse projeto há muito tempo. Então, muitas vezes, eu estou no celular, eu estou perguntando para eles exatamente as questões que vocês estão colocando para nós, em respeito a tudo aquilo que foi colocado. E é importante, como o Vereador falou, esse diálogo.

Lembrando que estamos discutindo esse projeto há uns três anos. Já houve uma tentativa de envio em 2019. Então os pontos principais do projeto há muito tempo vêm sendo discutido pelo Governo, junto com as entidades. Tanto que quando a Márcia fala da janela de

oportunidade, que eu coloquei, o Prefeito Ricardo Nunes teve a coragem de enviar, resolveu encaminhar essa reestruturação. E lembro que ela tem um impacto orçamentário de 330 milhões.

Nós ouvimos muito o lado... alguns pontos sendo colocados, mas lembrando que ela gera 330 milhões de impacto orçamentário. Ou seja, esse recurso vai para o servidor. Às vezes, escutamos muito que é o projeto que vai prejudicar, mas eu não consigo olhar como um projeto que gera gasto de 330 milhões vai gerar algum tipo de prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Só para entender: 330 milhões a mais do que gasta hoje?

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Isso, é, nos três anos.

Mas eu vou passar por alguns pontos. Eu anotei tudo e vou colocando. Passei para toda a equipe também.

Primeiro, a questão da carreira por subsídios. Acho que foi colocado que “Ah, é uma carreira que serve para cargo comissionado”. E não é a realidade. Todas as reestruturações da Prefeitura tem tornado a remuneração por subsídios. Então o QAA de arquiteto, administrador, contador, assistente social, cargo de QAG – de engenheiro, arquiteto, geólogo –, as carreiras novas que foram criadas na gestão de 2015, como o Vereador mencionou do Haddad, o APPGG e o AMCI, foram já criadas por subsídios. Então a QS [QSA] da saúde também.

Então a carreira por subsídio, do ponto de vista de gestão, é uma melhora; e é, sim, um mecanismo de transparência para a sociedade civil dos gastos da administração pública. Facilita muito. Nós colocamos a quantidade de ações judiciais e a quantidade de precatórios que existem hoje com relação ao servidor. E isso é a evolução, é a modernização da gestão: transformar por subsídio. Facilita para todo mundo – para a gestão e para o servidor. Para você ter uma ideia, hoje, a folha tem quatro mil planilhas. Todo mês, tem que rodar quatro mil planilhas de Excel por causa das ações judiciais. Essa simplificação também vai gerar a economia, e você tem um exército, um corpo de trabalhadores que têm que ir para a Justiça, quer dizer, então, essa é uma revolução importante e não é só realidade dos cargos em comissão, não, pelo contrário, as carreiras recentes criadas já foram criadas por subsídios.

A questão da integração linear, a gente entende que não é justo comparar aquele servidor que se dedicou, fez curso e evoluiu na carreira, por mais que esteja pelo mesmo tempo que aquele que não evoluiu equiparar os dois. É por isso que a gente colocou assim no projeto, porque assim se diferencia quem é aquele servidor que se dedicou e conseguiu evoluir por dedicação própria, não só equiparando todos com relação a essa questão.

Quanto à reestruturação, se falou muito que para alguns vai impactar e para outros não. A gente sempre fala da reestruturação, do reajuste em média, porque se tem um quadro, as duas carreiras têm quadros muito diferenciados dentro dos níveis, por conta de ações judiciais, por conta de incorporação. Então, muito servidor que conseguiu incorporar no passado, na regra antiga, então, não se consegue fazer uma reestruturação. Então, a reestruturação pega um reajuste em média. É por isso que a gente sempre usa o termo em média vai ter servidor que vai ter mais benefícios, e outros que já incorporaram, já adquiriram direitos e têm um salário maior do que efetivamente aquele que está ainda no valor linear do nível respectivo.

Esse ponto é importante ressaltar, quando se está falando de 35 mil servidores que vão ser impactados, então, toda vez a gente usa essa questão média, mas é, também, de justiça e questão técnica estruturada pela equipe. A tabela é toda irregular: tem servidor de nível médio com salário muito maior do que a carreira, especificamente, permitia, mas porque incorporou na regra anterior e conseguiu alguns adicionais em ação judicial. Então, a tendência desse projeto é equiparar as pessoas que estão na linha do nível efetivo da tabela em vigor.

Entrando nessa questão da trava, da questão do prazo para aderir, é uma questão também de uma necessidade de previsão orçamentária, de um instrumento de gestão, não dá para ficar aberto durante o ano inteiro. A gente tem que ter uma previsão até porque o Governo tem que mandar uma peça orçamentária. Então, é também uma tecnicidade porque a gente tem um limite de tempo para poder, depois, mandar a peça orçamentária que é da responsabilidade do Governo. Por isso a justificativa dessa trava.

Outro ponto aqui falado também foi a questão dos cargos em comissão. Alguém questionou “foi feita uma reestruturação”, lembrando que hoje até citou o número de 8 mil cargos.

Metade dos cargos em comissão hoje é ocupado por servidores de carreira; o Governo aprovou o Projeto 651, com uma obrigatoriedade de 45% dos cargos serem ocupados por servidores de carreira, que é inédito. Não existia essa obrigatoriedade anteriormente. Há uma obrigação na Constituição, mas isso não está tão claro. A gente criou uma regra de ter 45% desses servidores e com uma mudança significativa de hoje o servidor que assumir um cargo vai ganhar 30% do cargo em comissão. O que não ocorre nos dias de hoje, na regra atual. Com o fim da incorporação, hoje um servidor que assume um cargo em que ele assume uma responsabilidade maior tem o adicional financeiro baixo. Essa foi a preocupação.

Então, hoje, ele assumindo um cargo em comissão, seja ele de coordenação e de maior responsabilidade, ele passa a receber 30% desse cargo. Então, a reforma do cargo em comissão tem como objetivo também favorecer o servidor efetivo. Claro, a gente entende a questão política das retóricas sempre dessa discussão, dessa contradição aos projetos do Governo. Mas, é importante ressaltar: o servidor efetivo, em um cargo de comissão, passa a receber 30% do valor, dos valores que foram recriados aqui na Câmara Municipal. Então, ele tem sim como um dos fundamentos beneficiar o servidor e incentivar o servidor efetivo a assumir responsabilidades, até porque essa foi uma constatação que a gente sente.

A servidora colocou das dificuldades do serviço funerário. Eu fui subprefeito e senti também a realidade da ponta. É importante a gente saber como a Prefeitura funciona em todos os seus níveis, e são ideias, projetos que a equipe técnica da gestão vem trabalhando nos últimos três, quatro anos. Gente que tem experiência de 30 anos de Prefeitura, que também sabe das dificuldades que o servidor passa nas suas atividades de ponta. Então, ressaltando esse ponto, acho que todos aqui foram mais ou menos abrangidos.

Lembrando, por fim, acho importante a gente ressaltar, é como eu falei, a retórica política de questionamentos dos projetos é importante. Mas, lembrando, é um projeto que tem impacto de 335 milhões em três anos no orçamento. Eu não consigo imaginar que um projeto que vai onerar em 335 milhões de orçamento da Prefeitura possa prejudicar o servidor.

Pelo contrário, pode ter servidor que se encaixe numa melhora maior, outro numa

melhora menor, de acordo com sua questão, mas ele só tende a beneficiar. E traz outros benefícios que são importantes ressaltar, que é a redução do tempo de progressão de dois anos para um ano e meio, a inclusão de mais três níveis nas duas categorias, que também foram questões trazidas no debate com as entidades nos últimos três anos, independente das interrupções. Mas, esse diálogo sempre existiu.

É importante ressaltar o pacote, pois foram três projetos de lei enviados para esta Casa, dois já aprovados. Esse é o 650, mas eles se complementam. Os benefícios trazidos aos servidores estão nos três projetos. Eu ressaltei a questão dos cargos de comissão. Há o 652, que foi aprovado também recentemente, que traz uma série de benefícios, e que vão impactar diretamente o servidor que ganha menos na Prefeitura. Por exemplo, o vale alimentação, que hoje está no valor de 383 reais e impacta a quem ganha até cinco salários-mínimos. Foi aprovado o aumento para que 550 reais, um aumento de 43% no vale alimentação, que compõe a renda do servidor, e criada uma regra que chega a até cinco salários-mínimos.

Há uma regra de escalonamento invertido e quem ganha até oito salários-mínimos vai chegar num valor de 150, até porque muitas vezes quando o servidor ultrapassava um real dos cinco salários-mínimos acabava perdendo o vale alimentação. O aumento do salário gerava um prejuízo, então a gente criou essa regra de escalonamento de saída, que vai até oito salários mínimos. Então, de 550, 450 e vai subindo a faixa até oito salários-mínimos. Isso vai impactar 74 mil servidores da Prefeitura.

Lembrando também o incremento do vale refeição, que vai impactar os 105 mil servidores, um aumento de 45%. Então, a gente tem que olhar o pacote como um todo. Eu acho muito injusto e desonesto dizer que é um pacote de maldades, porque é um pacote que vai trazer gastos na ordem de um bilhão para o servidor e a Oposição traz essa questão da maldade.

Mas, assim, você vai olhando item por item, houve um ajuste da questão do abono, mas são itens superimportantes. São questões que foram trazidas e elaboradas nos últimos anos dentro da equipe técnica e o Prefeito Ricardo Nunes teve a coragem de enviar e fazer esse pacto com o servidor. Só o impacto do vale-alimentação serão de 200 milhões no ano de 2022 no

orçamento; o VR de 60 milhões; e outras questões que foram resolvidas no 652, como, por exemplo, a questão da insalubridade que era uma discussão antiga, com muitas ações judiciais em que o servidor ganhava na Justiça o direito. Então, regularizou-se nessa lei para que o servidor não precise mais entrar na Justiça; a questão da insalubridade também tem um impacto de 36 milhões; a questão do pregoeiro – dificuldades de fazer com que tenhamos os pregões, então, aumentamos a gratificação do pregoeiro; a bolsa estágio – é importantíssimo hoje o estágio na Prefeitura, são quase 12 mil vagas disponíveis, além de uma oportunidade de trabalho para o jovem, o estágio na Prefeitura passa a ser um exercício de cidadania para esse jovem, ele conhecer a Prefeitura, conhecer todos os assuntos que nós tratamos com a população também é importante, causando um aumento significativo, repondo uma bolsa; e outras gratificações que foram regulamentadas e reajustadas, como, por exemplo, a GLT, a GDA, gratificação de difícil acesso de local de trabalho, principalmente, na educação, a dificuldade de fixar servidores na periferia, com um aumento de 100 para 500 reais, para, efetivamente, essas gratificações terem efeito; duas gratificações da Guarda Civil, a Gefre e a DA, o que também é uma valorização para que tenhamos incrementos.

Então, temos que olhar o pacote como um todo: são três projetos de lei que foram enviados. Para o nível médio, houve bastante discussão durante três ou quatro anos discutindo esse Projeto, os pontos importantes já foram debatidos. Houve uma melhora significativa da proposta de 2019. São 335 milhões impactados no orçamento, 35 mil servidores ativos e inativos. Com esses demais benefícios que ressaltamos do 651 e do 652, vão gerar um gasto com servidor da ordem de 1 bi. Esse é um avanço, uma coragem do Prefeito Ricardo Nunes de enfrentar isso e trazer, a partir de 2022, para que possamos estruturar melhor a Prefeitura e começemos o ano de 2022 com todas essas revalorizações, caminhando para melhorar cada vez mais os serviços prestados à população, sempre com uma transparência de controle social.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Agora, três minutos para cada entidade para nós terminarmos.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Eu vou ser obrigada a falar, de novo, com o Secretário, porque, vamos começar pelo fim: a peça orçamentária, quando ele fala da 173, pode prever a revisão geral anual; nenhuma peça orçamentária, desde o começo do Governo Dória, Bruno, da qual é a continuidade desse Governo, tem o índice de revisão geral anual previsto. Então, vamos começar daí.

Quando a gente vai analisar tudo junto, a gratificação de pregoeiro, nada mais é do que uma resposta à Lei Federal que alterou, então, precisa ter um pregoeiro remunerado e outras peças que estão lá. São respostas que o Governo vem dando ao contexto geral. Isso tudo bem, faz parte do processo, como o vale-refeição também há três anos não temos aumento, então, tem que recompor, são respostas – analisando os PLs separados.

Mas eu volto a falar que, quando se fala em travas, estamos falando de travas específicas do PL do nível médio e do nível básico. É tirar essa trava. Isso não tem impacto tão grande.

E quando a gente chega até abril, a previsão legal do orçamento dá sim para ser previsto. Então faz em março um evento de carreira e você tem a previsão legal para colocar no próximo ano.

Então, assim, o que estamos falando, Fabrício, com todo o respeito à equipe técnica presente, a gente também sabe fazer essa análise. Quanto à resposta técnica, se quisermos, a gente se senta e faz um por um, sem problema nenhum e estamos obedecendo sim a previsão orçamentária de ser colocado no próximo ano.

Se você faz a opção anual, você tem condições de fazer essa opção, uma previsão de números de quantas pessoas estão fora de todos os quadros. Isso tudo é passível de ser feito sim, tecnicamente falando. Quando a gente fala tirem as travas, excepcionalmente na integração, a gente não está pedindo para tirar a travas na apresentação dos títulos, mas estamos olhando que é uma valorização de fato e de direito para quem faz todas as questões.

Quando você me fala 30% do cargo em comissão, eu fico preocupada, porque entre as questões colocadas está lá que é cargo de confiança. Cargo de confiança, quando você está

assumindo, tanto faz ser de carreira ou não, é confiança; e confiança é uma confiança só, ou você tem confiança ou você não tem. Então, ali eu estou vendo membros da equipe que são pessoas efetivas. Ou você tem confiança quando alguém fala e escreve para você ou você não tem. Você tem os dois e eles deveriam ser remunerados iguais na remuneração.

Só que é óbvio que o servidor tem o seu salário base que vem junto, por isso que ele é concursado. Por isso que ele é diferente de quem está provisoriamente na administração, até porque a diferença entre um e outro eu vou dizer qual é. O Dr. Cristiano, que está ali, vai responder qualquer coisa que ele escreva a qualquer tempo, mesmo aposentado. O TCM vai lá e fala: “Olha, lá atrás, em dois mil e tá-tá-tá, o senhor escreveu tal coisa e o senhor vai responder por isso”, como eu respondo, como qualquer um de nós, que somos efetivos de carreira, respondemos a qualquer tempo por tudo que a gente assinar. E respondemos com a nossa aposentadoria, inclusive.

Fora isso, quando a gente está conversando algumas questões, eu entendo o vale alimentação. Realmente foi feita uma revalorização, muito bem feita e pensada dessa vez, porque categorizou. Mas, isso a gente está falando para os ativos. Os aposentados estão fora. Então, a gente tem uma quebra por outros artifícios da paridade.

Quando a gente fala da integração linear e vocês vão falar para mim que valoriza quem mais... Não. A linear, quem chegou aonde chegou, chegou por tempo e títulos. Ah, que bom, chegou o Vereador Sansão. Gosto muito do Vereador Sansão, porque ele tem uma boa escuta e a gente conversa bastante. Bem-vindo, Vereador.

É importante o senhor estar aqui, Vereador, porque o Executivo escuta seletivamente. Ele não faz uma escuta. Quando a gente está falando de algumas questões, a gente está falando de questões que foram pensadas e estudadas nesse projeto. Se não foi claro, a gente entregou por escrito. E se por escrito não está claro, chama a gente que a gente se senta e explica um por um. Nós estamos preparados, a nossa equipe - e eu falo das entidades - para responder questão por questão de vocês, da mesma maneira.

Então, eu lamento que a escuta não tenha sido tão aberta. A gente está falando

exatamente de questões práticas, eu nem entrei em discurso político não, porque não tenho essa *expertise*. Por isso, os meus colegas estão aqui. A minha *expertise* discute tecnicamente, como o Secretário falou. Nós também temos um tempo de carreira bem grande de militância nessa área. Tenho 33 anos de Prefeitura em RH.

Então, eu posso discutir, eu me sinto avalizada para discutir ponto a ponto. Tudo o que a gente colocou aqui não tem nenhum caráter de ilegalidade, é de planejamento. E planejamento, se vocês quiserem, é a minha área.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado.

Gente, vou ter de me retirar, porque tenho uma entrevista numa rádio ao meio-dia e estou atrasado. O Vereador Sansão Pereira vai assumir a Presidência. Falarão o Lima, a Margarida e o Denis e encerraremos a audiência pública.

Passo, então, a Presidência ao Vereador Sansão Pereira.

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) - Muito obrigado. Muito boa tarde a todos, já é tarde mesmo. Obrigado pela sua fala. Agora vamos ao Lima, que é do Sindsep - Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do município de São Paulo. Boa tarde, Lima, você tem três minutos.

O SR. VLAMIR LIMA – Bem, encerrar com três minutos, a gente diz aqui que a fala é falácia, mas é importante marcar presença nesse sentido. Vamos lá dar uma resposta ao Secretário.

Dos 36, 35 mil servidores dos quais estamos falando da carreira, 70% são aposentados. Então, Secretário, 70% dos servidores são aqueles que ganham abaixo do teto do INSS, que é a grande maioria, e já vão perder 14% de confisco salarial que esta Casa, junto com o Prefeito, ajudou a tirar desses servidores. Como eu disse, 70% de toda categoria vai continuar ganhando o mesmo vencimento. Lembra: padrão, quinquênio, sexta parte, ação judicial, cargo, GA, abono. Sim, tem uma parcela da categoria que não, os 30%, estão diluídos porque alguns têm um quinquênio, têm dois, alguns podem ter até três quinquênios, e o que o Governo está

oferecendo pode ser superior, nesse caso, mas não é o 23. E você que já perdeu 14% não ganha com a reestruturação.

Falácia é isso que o Secretário apresentou, que o Governo fez aqui. Falácia é o que o Prefeito fez, foi na rádio dizer que ninguém, nenhum setor do funcionalismo paga a Previdência Pública. Falácia é isso! O Prefeito, vocês acham que ele não sabe? Claro que sabe, ele fez de propósito, para a população atacar o servidor público, ele fez isso de propósito, dizer numa rádio que os servidores não pagam a contribuição, que o dinheiro sai da população.

Hoje, o Orçamento da Prefeitura com o funcionalismo, estamos falando de 200 mil, está em 30 e poucos por cento. Então achar que está dando muito, que os 330 milhões que o Secretário levantou em três anos, isso é falácia porque 70% vão continuar ganhando o mesmo vencimento, e ainda abrindo mão de alguns direitos: quinquênio, sexta-parte... Outra coisa assim: ah, incorporou no cargo. Então, é injusto para quem cresceu na carreira, com aquele que ocupou cargo de chefia, prestou serviço para a população, ocupou cargo de responsabilidade: ah, mas foi vantajoso. Vamos um pouco nesse sentido e vamos nos colocar.

Bem, queria fechar com duas questões. Sem dúvida, se o Governo não voltar a dialogar, e passar o trator como fez com o PLO 07/21 da Previdência, vamos continuar resistindo, somos funcionários públicos e esse monte de gratificação que o Secretário levantou, boa parte do funcionalismo não tem acesso. Olhem para a saúde!

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Lima, desculpe, para conclusão. Obrigado.

O SR. VLAMIR LIMA – Está bom, fechando: olhem para a saúde, tudo terceirizado, nenhum servidor com acesso distância, com acesso lotação, poucos servidores vão ter acesso a esse monte de coisa que o Secretário disse. Na minha opinião, muita falácia do Prefeito, do Governo, mas a gente vai continuar resistindo, vamos continuar defendendo o serviço público porque a terceirização é para fechar o serviço, pessoal! Não é substituição do servidor público por um terceirizado, é fechar o serviço. É isso que vimos nessa Gestão, nesse Governo, é tentar fechar farmácia, é tentar fechar AMA, UBSs. O Governo tentou, teve resistência dos servidores, teve resistência dos trabalhadores e teve resistência da população.

Os dez dias de greve em 2019 permitiram ao Governo apresentar tabelas de três anos, mas ainda continua insuficiente. Foi resistência, ocupamos lá em frente do gabinete do Prefeito em novembro 2019, dez dias de greve. É isso que vai nos permitir continuar. Sindsep está à disposição de continuar essa luta.

Infelizmente a gente sabe como que funciona aqui na Casa, então aqui a gente vai fazer a resistência para que melhore esse projeto, convencer os vereadores. E vamos fazer a resistência para exigir deste Governo, que está enchendo de bolso. Olha o orçamento do ano que vem, 70 bilhões, mais de 70 bilhões. Cada ano aumenta e o gasto com funcionalismo cada vez diminui. É isso que está representado hoje aqui.

Vamos à luta, companheirada.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Lima, muito obrigado pela sua fala.

Agora a D. Margarida Prado, Aprofem, Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Eu vou ser bem breve, até porque estou bastante contemplada pelas falas dos meus colegas que me antecederam.

Eu só vou lembrar, Fabrício, que, se a remuneração por subsídio já foi aplicada em outras carreiras - sim, é verdade, foi -, isso não a torna melhor, isso não a torna mais justa, isso não a torna mais adequada. É adequada, sim, como eu disse no início da minha fala, para melhorar os procedimentos da Prefeitura. É bom para o Governo.

E se nós temos tantas ações judiciais, foi porque ao longo dos anos, as várias gestões que se sucederam, e a Aprofem é uma entidade independente e apartidária, eu posso falar de qualquer governo que já passou por aqui, nós temos essas ações judiciais justamente porque os direitos dos servidores foram atropelados. Se ações judiciais estão aí, foi porque a Justiça reconheceu em última instância, depois de décadas, que os servidores estavam corretos; que foram as sucessivas administrações que lhes tiraram direitos.

Então a remuneração por subsídio não vem ser justa de jeito nenhum. Ela veio sendo imposta desde o início, começou lá na Gestão Haddad, é verdade, e agora vem... Claro, cada

reestruturação que se propõe, ninguém mais fala em outro tipo de remuneração, a não ser por subsídio, porque ela é importante e interessante para o Governo, não para o servidor.

Segunda coisa: este município tem dinheiro em caixa e vem sistematicamente reduzindo o percentual de aplicação das receitas correntes líquidas com despesa de pessoal, sistematicamente. Isso não é valorizar o servidor.

Terceira coisa: as gratificações que você tanto aí gabou, de local de trabalho de difícil acesso, para o pessoal da Educação, que ela veio, elas são excludentes, ou você ganha uma ou você ganha outra, então não há uma superposição de gratificações. A gratificação de difícil acesso existe desde 1991. Agora, com a gratificação por local de trabalho, que é uma outra visão, ela é excludente com a de difícil acesso. Então não é que tudo isso são vantagens que estão sendo trazidas para os servidores.

E se nós pusermos no pacote o PLO 07, que acaba de ser aprovado, para os aposentados torna-se desastroso. O aposentado não recebe gratificações, o aposentado não recebe difícil acesso, nada disso, e ainda por cima vai ter 14% naquilo que excede o salário mínimo.

Eu, por exemplo, sou uma aposentada da Prefeitura há 24 anos. Felizmente não morri ainda. Eu sei que a Administração gostaria muito que eu já tivesse morrido há tempos, mas eu prometo resistir muito mais, prometo. Eu vou ficar aqui muitos anos lutando, brigando com todas as administrações que se sucederem, porque até a minha paridade, que seria pleníssima, vem sendo tirada de alguma forma, ou através de uma reestruturação na Educação, que criou mais duas referências, mas não permitiu que o aposentado, por essa integração linear, não permitiu que o aposentado com paridade pudesse ter esse benefício.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Desculpa...

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE - Vou concluir. É a última fala, dez segundos. E ao criar formas de remuneração que não salários de verdade, são só gratificações para não serem aplicadas aos aposentados.

Era o que eu tinha para dizer. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Margarida, obrigado pela sua fala.

Agora o Denis Dantas do Carmo, da AMAASP – Associação Municipal dos Assistentes de Gestão de Políticas Públicas e Agentes de Apoio de São Paulo. Por favor, o senhor tem a palavra por três minutos. Está virtual, por favor. Pois não.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Obrigado Vereador Sansão.

Realmente, Secretário, algumas coisas que o senhor coloca e traz enquanto valorização e benefício, na prática, ela não se concretiza. Por exemplo, quando o senhor traz os cargos em comissões é nítido e notório que a maioria dos cargos em comissões, que eram exclusivos de servidores públicos concursados de carreira, foram retirados.

Quando traz esse projeto para pauta é mais para valorizar os apadrinhados políticos. A gente pode verificar, na prática, a prática na Prefeitura com relação a isso. Faz com que o PLO 07, que foi aprovado,... (Falha na transmissão) ...sofrendo sanções e retaliações quando tiveram conhecimento e votaram contrário a esse projeto o que aconteceu.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Denis, por favor. Se você desligar a câmera, de repente, o áudio vai melhor. Nós estamos com dificuldade de entender a sua fala, por favor. Desligue a câmera, fique só no áudio. Por favor. Talvez melhore, obrigado. Pode continuar.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Vou tentar retomar a palavra. Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Melhorou, obrigado. Pode continuar.

O SR. DENIS DANTAS DO CARMO – Está ok. Então, Secretário, amanhã nós vamos ter a oportunidade de ter a segunda audiência pública... (Falha na transmissão) ...Finanças e Orçamento, demonstrar... (Falha na transmissão)

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Está bom. Obrigado, então Denis.

Não havendo mais nada a tratar, declaramos encerrada esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado pela participação de todos.